

ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PROAD 2179/2024

Data e horário: 8 de ago. de 2025 14:00 BRT

Local: Telepresencial



PROAD 2179/2024. DOC 11. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.VVNL.BWGP: <https://proad.trt4.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PARTICIPANTES Portaria nº 6.809/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Janney Camargo Bina	Desembargador Coordenador	☒	☐
Adriana Seelig Gonçalves	Magistrada	☒	☐
Alexandre Schuh Lunardi	Magistrado	☒	☐
Bruno Feijó Siegmann	Magistrado	☒	☐
Cacilda Ribeiro Isaacsson	Magistrada	☐	☒
Camila Tesser Wilhems	Magistrada	☒	☐
Cintia Endler Bitencourt	Magistrada	☒	☐
Clocemar Lemes Silva	Magistrado	☒	☐
Lenara Aita Bozzetto	Magistrada	☒	☐
Marilene Sobrosa Friedl	Magistrada	☒	☐
Maristela Bertei Zanetti	Magistrada	☐	☐
Osvaldo Antonio da Silva Stocher	Magistrado	☐	☐
Paulo Roberto Dornelles Junior	Magistrado	☒	☐

Unidade de apoio executivo: Divisão de Pesquisa Patrimonial

Secretário: Elton Luiz Decker, Assistente-Chefe.





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PAUTA

1. Providências da reunião de abril de 2025
 - a. Processos antigos arquivados provisoriamente
 - b. Radar - monitoramento ativo dos devedores
 - c. Seminário de Pesquisa e Execução Trabalhista Efetiva
 - d. Acompanhar as propostas de novos convênios
 - e. Relatório sobre processos pendentes por região
 - f. Relatório das Oficinas Regionais
2. Relatório de Atividades da Divisão de Pesquisa Patrimonial
3. Outros assuntos
 - a. Semana da Execução Trabalhista (Grandes devedores por região)

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida pelo Desembargador Janney Camargo Bina, coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial. As presenças e ausências justificadas estão registradas acima. Primeiramente, foram tratados os temas pendentes da reunião realizada em 13 de junho de 2025. No início da reunião, a Juíza Adriana Seelig Gonçalves, que estava incumbida de tratar com a Corregedoria, SETIC e o Núcleo de Execução da questão dos **processos antigos que encontram-se arquivados provisoriamente com dívida nas unidades judiciárias (item 1.a)**, explicou a impossibilidade do seu arquivamento definitivo mediante expedição de certidão da dívida na forma que proposta pelos presentes na reunião anterior. Explicou ela que a CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO, nos artigos que tratam do tema, não previu a possibilidade de adoção deste procedimento. Ficou





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

encaminhado que se fará a pesquisa em outros Tribunais acerca do assunto do sobrestamento para os casos de execução frustrada. No que diz respeito ao tema do **monitoramento ativo dos devedores trabalhistas (Item 1.b.)**, o servidor **Elton Luiz Decker** demonstrou o aplicativo “**Radar**”, desenvolvido pela Divisão de Sistemas de Apoio à Decisão, informando que os presentes receberão email para o acesso à ferramenta e que estão sendo encaminhadas propostas para seu aprimoramento, dentre elas a possibilidade de filtrar a busca de dados para a cidade e a região. Por meio da demonstração, disse que se consegue identificar movimentações processuais atípicas, que fogem da normalidade, possibilitando o monitoramento desta situação e a tomada de decisão acautelatória, se necessário. Prosseguindo a reunião, Elton informou que o **O Seminário Execução Trabalhista Efetiva (Item 1.c)**, inicialmente previsto para agosto em preparação à Semana da Execução Trabalhista, será realizado no dia 05/09/2025, das 9 às 12h e das 14 às 17 horas. No turno da manhã, será realizada Oficina de Investigação Patrimonial, com o Juiz Rafael Guimarães, autor de diversas publicações sobre o tema. No turno da tarde, contaremos com a contribuição da Titular da 27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, Juíza Maria Teresa Vieira da Silva Oliveira, e da Diretora da Divisão de Pesquisa Patrimonial e Provas Digitais do TRT12, a servidora Luciana Perez, que abordarão o tema Medidas atípicas e novas abordagens para uma execução trabalhista eficaz. A mediação ficará ao encargo da Juíza Camila Tesser Wilhelms, representando o NPP, a quem a Juíza **Adriana Seelig Goncalves** agradeceu por aceitar o convite e apoiar a realização do evento. Aproveitando a oportunidade, informou que tanto ela como os servidores Elton Luiz Decker e **Lucio Marsiaj de Oliveira** irão participar do **Encontro Nacional dos Núcleos de Pesquisa Patrimonial e Juízo Centralizador de Execuções da Justiça do Trabalho**, nos dias 3, 4 e 5 de setembro de 2025, no TST. Por este motivo, não poderão estar presentes no Seminário, que não poderá ser reagendado, em função da limitação de agenda da Escola Judicial e dos palestrantes convidados, solicitando aos presentes que, na medida do possível, participem e divulguem deste Seminário, dada a importância





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

do tema e a qualidade dos palestrantes. Como a reunião estava versando sobre o tema de capacitação, o servidor **Elton Luiz Decker** compartilhou com os presentes a informação de que ocorreu palestra ministrada pelo juiz aposentado Ben-Hur Silveira Claus, mestre em Direito pela Unisinos, no dia 18/07/2025 às 16h10min, abordando o tema **“Dever legal do executado – indicar quais são os bens sujeitos à penhora (CPC, art. 774, V)”**, que foi prestigiada por diversas pessoas e teve ampla divulgação pela Escola Judicial e o Portal Vox. Informou ainda que o **Grupo de Estudos Aspectos Práticos da Pesquisa Patrimonial**, por ele coordenado, terminou sua edição no primeiro semestre, realizando encontros tele presenciais quinzenais, no período de 27/03/2025 até 17/07/2025, abordando temas relacionados à técnicas de investigação patrimonial e assuntos correlatos. No segundo semestre, o Grupo de Estudos terá continuidade com o estudo dos capítulos do livro INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL NA PRÁTICA, iniciando-se no dia 22/08/2025. Por fim, terminando os assuntos relacionados à capacitação, disse que está previsto para o segundo semestre do ano o **curso “Pesquisa Patrimonial Intermediária e a Ferramenta Automatizada Pepe”** a ser realizado de 07/10 a 17/11/2025 e cujo conteúdo está sendo revisado e atualizado. Terminado o ponto de discussão sobre capacitação, passou o grupo a acompanhar as **propostas de novos convênios (Item 1.d)**. Elton disse que não houve notícias significativas em relação a novos convênios, principalmente em razão da Correição Nacional, que absorveu o trabalho da Corregedoria. Porém, informou que foi divulgada a substituição do convênio **HOD** pelo convênio **PCAD** na plataforma de informações da Receita Federal, quanto ao cadastro de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas. O HOD, por ser uma plataforma antiga, seria descontinuado para a utilização do PCAD. No entanto, Elton destacou que, tanto o **PCAD** como o **INFOCONV**, que são serviços disponibilizados pela Receita Federal por API, que é uma interface moderna de comunicação entre computadores na rede, não apresentam a mesma abrangência de funcionalidades que o HOD oportuniza. As lacunas entre a consulta ao PCAD e ao HOD-SRF seriam as seguintes: 1) empresas de uma pessoa física; 2) sócios excluídos de uma empresa; 3) fontes de pagamento de uma pessoa física que constam na





ATA DE REUNIÃO

NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

DIRF do contribuinte; 4) dados do cônjuge ou dependentes vinculados a sua declaração; 5) dados sobre entrega de declarações de IRPF do contribuinte. Na base CPF do HOD-SRF há informação de eventuais dependentes, cônjuges. Na DIRF, aparecem as fontes pagadoras que recolheram imposto de renda sobre rendimentos do contribuinte. Ainda, se consegue saber também se o contribuinte declarou IRPF e se tem restituição a receber. Já na base do CNPJ, se pode fazer a consulta de ex-sócios juntamente com os sócios ativos. Também se consegue saber as participações societárias ativas e baixadas de um CPF. Todas estas informações não seriam possíveis pelo PCAD. A DPP fez contatos informais com a SEATECO relatando o problema e buscando a continuidade do acesso a estas informações, que são importantíssimas para a investigação patrimonial. O Desembargador Janney Camargo Bina sugeriu o acompanhamento da questão junto à Corregedoria, para que não ocorra prejuízo no acesso aos dados atualmente disponíveis na investigação patrimonial em relação aos cadastros da Receita Federal, concordando os presentes da diligência por ele proposta. Com relação ao **relatório sobre processos pendentes por região (Item 1.e)**, Elton apresentou os dados tanto das **oficinas regionais sobre a utilização do PEPE (item 1.f)** - onde foram apresentadas sugestões e levantadas dificuldades no uso da ferramenta automatizada - quanto os quantitativos dos maiores devedores por região, que faz um diagnóstico por unidade, cidade e região da situação processual. Foi sugerido pelo Desembargador Janney Camargo Bina o encaminhamento dos dados sobre as oficinas regionais à SETIC, à fim de que possa desenvolver os aperfeiçoamentos sugeridos e, nos estudos que estão sendo realizados para aprimoramento da ferramenta, se pense também na construção de indicadores da sua efetividade, com o que os presentes concordaram. Quanto ao relatório sobre os processos pendentes por região, foi sugerido o envio da planilha a cada região, para que a mesma possa ser utilizada como ferramenta de apoio na escolha de ações a serem desenvolvidas na semana da execução trabalhista. Tratadas as pendências, se passou para o **Relatório das Atividades da Divisão de Pesquisa Patrimonial (item 2)**, onde se destacou que houve um esforço para que o setor consiga acompanhar





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

proporcionalmente com entregas a demanda de processos solicitados, buscando um equilíbrio no atendimento das demandas das unidades judiciárias. Com o crescente uso da ferramenta automatizada PEPE, somente com o auxílio da SETIC será possível melhorar o tempo de resposta na entrega das pesquisas. O fluxo de entregas segue sendo prejudicado pelo gargalo do GID, que possui uma conexão instável e com poucas licenças para o TRT4 e, no período mais recente, pela situação do CENSEC, que passou a adotar um recaptcha para evitar pesquisas automatizadas. Para evitar o colapso nas entregas, as consultas ao CENSEC foram descontinuadas até o restabelecimento de nova forma de acesso à base de dados por meio de API. Encontra-se em fase final as tratativas para que um API entre o Cartório Notarial do Brasil e o TRT4 seja estabelecido. Foi relatado que o Grupo de Trabalho com a SETIC para aprimoramento do PEPE tem cronograma projetado para conseguir realizar as primeiras entregas em outubro deste ano e que o trabalho envolve temas complexos como o estabelecimento de novos protocolos de convênios, como é o caso do WS-DENATRAN e o CENSEC, que encontram-se em tratativas avançadas. Outro relato da Divisão de Pesquisa é o empenho na produção de relatórios de pesquisa avançada, com diversas pesquisas em andamento e perspectivas de sua finalização brevemente. A Juíza Adriana Seelig Gonçalves destacou a reunião realizada com a Diretora da Divisão de Pesquisa Patrimonial do TRT da 19ª Região, que veio visitar o TRT da 4ª Região por considerá-lo uma referência, interessando-se sobremaneira com as ferramentas aqui desenvolvidas, especialmente a FAE e o PEPE. Destacou também o curso de manuseio do sistema Garimpo, que será realizado no dia 15/08/2025 para diretores de secretaria pelos servidores do Juízo Auxiliar de Execução Lucio Marsiaj Oliveira e Fábio Fonseca Scherer. Chegando ao último item da reunião, ligado à **Semana da Execução Trabalhista (item 3)**, o Desembargador Janney Camargo Bina informou que haverá publicação de novas OJs. A Juíza Adriana Seelig Gonçalves solicitou o envolvimento dos presentes em iniciativas como a liberação de alvarás e quantias incontroversas, encaminhamento de processos para conciliação ou mediação, e a adoção de medidas possíveis para tornar a execução mais efetiva.





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

Nada mais havendo, a reunião foi finalizada às 15 horas e 15 minutos, agradecendo-se a presença de todos.

Tarefa	Responsável	Prazo	Observações
Acompanhar junto à Divisão de Sistemas de Apoio à Decisão alterações na aplicação "RADAR"	DPP	30/09/2025	
Levantar situação dos processos arquivados em outros TRTs	DPP	30/09/2025	
Reforçar a participação de diretores, magistrados, oficiais de justiça e assistentes de execução no Seminário "Execução Trabalhista Efetiva"	Todos	05/09/2025	
Gestionar junto à Corregedoria situação ligada aos convênios, em especial o PCAD e HOD	DPP	30/09/2025	
Encaminhar sugestões das Oficinas Regionais do PEPE à Comissão de atualização da ferramenta de pesquisa	DPP	30/09/2025	
Encaminhar planilha de estudos sobre os maiores devedores para as unidades judiciárias na capital e interior	JAЕ	22/08/2025	
Incentivar adoção de medidas para a semana da execução trabalhista	Todos	22/09/2025	

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.

